



# Comissão Coordenadora Permanente

dos Sindicatos e Associações dos Profissionais  
das Forças e Serviços de Segurança - **CCP**

## Moção

A **Comissão Coordenadora Permanente dos Sindicatos e Associações dos Profissionais das Forças e Serviços de Segurança (CCP)**, de que fazem parte os Sindicatos e Associações mais representativos do sector da Segurança Interna, vem por este meio entregar a V. Ex.<sup>a</sup> a presente Moção, aprovada por unanimidade e aclamação, no Encontro Nacional promovido por esta estrutura.



**APG/GNR**  
Telf 218 470 119  
Fax 218 470 156  
[apg\\_gnr@netcabo.pt](mailto:apg_gnr@netcabo.pt)



**ASPP/PSP**  
Telf 213 475 394  
Fax 213 475 493  
[aspp-psp@aspp-psp.pt](mailto:aspp-psp@aspp-psp.pt)



**ASPPM**  
Telf 213 649 707  
Fax 213 649 707  
[asp.policia.maritima@clix.pt](mailto:asp.policia.maritima@clix.pt)



**SCIF - SEF**  
Telf 217 162 910  
Fax 217 162 897  
[geral@scif.inet.pt](mailto:geral@scif.inet.pt)



**SNCGP**  
Telf 213 536 234  
Fax 213504809  
[correiosncgp@netcabo.pt](mailto:correiosncgp@netcabo.pt)



A **CCP** considera que o quadro económico actual, nacional e internacional, impõe novos desafios a todos os portugueses, não pretendendo os Profissionais das Forças e Serviços de Segurança dissociar-se da restante população, que será também fortemente afectada pelos cortes orçamentais. Pelo contrário, a **CCP** está ao lado dos trabalhadores nas suas reivindicações e na exigência de um novo rumo para o país. Um rumo que não seja o mesmo que levou à actual situação, baseado nos baixos salários, na precariedade, na redução de direitos adquiridos à custa de muitos sacrifícios do povo e dos trabalhadores portugueses.

No caso específico das Forças e Serviços de Segurança, os cortes previstos para os diversos sectores são gravíssimos, não só no que diz respeito a aspectos socioprofissionais, mas que colocam em causa a própria eficiência e funcionamento das diversas Instituições ligadas ao sector da Segurança Interna, fulcrais para o normal funcionamento da Democracia.

O sector da Segurança Interna tem sido, ao longo dos anos, desprezado pelos sucessivos Governos, com consequências graves, transversais ao nível da ausência de modernização de equipamentos, instalações e, acima de tudo, da desvalorização dos trabalhadores desta área, afectados negativamente não só pelas políticas sectoriais, mas também pelas medidas gravosas aplicadas a toda a Função Pública.

A desmotivação que reina nestas Instituições é preocupante, dado que os Profissionais não se sentem acompanhados pelo poder político, que prima pelo ataque constante aos seus direitos profissionais e sociais, seja nas questões relacionadas com a pré-aposentação, seja nas matérias relacionadas com os subsistemas de saúde.

Assim, entre outras, nas questões sectoriais, entendem as estruturas sindicais apresentar os seguintes problemas que necessitam de resolução urgente:



## Comissão Coordenadora Permanente

dos Sindicatos e Associações dos Profissionais

das Forças e Serviços de Segurança - **CCP**

- A **APG/GNR** considera ser da máxima urgência a efectivação das promoções e a colocação devida nas posições remuneratórias, bem como a regulamentação do horário de trabalho na GNR, de acordo com o previsto no seu Estatuto Profissional;
- A **ASPP/PSP** exige ver valorizado o tempo de serviço dos Profissionais, como reconhecimento da experiência adquirida durante o tempo de serviço, para a colocação nas posições remuneratórias, assim como a exclusão da PSP da Lei 12-A;
- O **SNCGP** apresenta a necessidade de revisão do seu Estatuto Profissional e da definição de um horário de trabalho;
- A **ASF-ASAE** considera fundamental a regulamentação do Estatuto Profissional, o sistema de avaliação e progressão na carreira e a alteração da lei sindical;
- O **SCIF-SEF** exige o reconhecimento da exigência do trabalho desenvolvido por estes Profissionais;
- A **ASPPM** pede para os Profissionais da Polícia Marítima, a liberdade sindical, negociação e participação colectiva. Defende a dependência tutelar directa, desintegrada da estrutura militar, em paridade com as demais Forças e Serviços de Segurança. Considera imperativa a reforma do Estatuto da PM, extinguindo os cargos de comando da PM por inerência, libertando-a da chefia de militares.

Os Profissionais aprovam esta Moção e deliberam entregá-la em mão na residência oficial do Sr. Primeiro-Ministro, solicitando o agendamento de uma reunião a ter lugar até dia 18 de Novembro de 2010.

Caso esta não se verifique, o Secretariado Nacional da CCP fica mandatado para encetar as medidas que entender adequadas na defesa dos Profissionais das Forças e Serviços de Segurança e da Segurança Pública.

O Encontro Nacional decidiu ainda:

Expressar por todas as formas a solidariedade activa para com os trabalhadores portugueses, na Greve Geral convocada pelas Centrais Sindicais, a ter lugar no dia 24 de Novembro.

Participar na grande manifestação de protesto dos trabalhadores da administração pública no próximo dia 6 do corrente mês.

**Lisboa, 04 de Novembro de 2010**